

Agro competitivo



ROBERTO RODRIGUES

é coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio
E-mail: gvagror@fgv.br

O agronegócio continua sendo um importante sustentáculo da economia brasileira. Mesmo com a queda dos preços em dólar das principais commodities, no ano passado o PIB do setor superou 24% do nacional e as exportações corresponderam a 46% do total exportado pelo país, com uma característica: o saldo comercial tem sido positivo sempre, salvando o saldo total.

É claro que um mercado internacional demandante, especialmente nos países emergentes, explica boa parte desse sucesso. Aliás, entre 2005 e 2015 as exportações do agronegócio brasileiro aumentaram 102%, mesmo com a grande crise financeira global de 2008/2010 que derrubou mercados no mundo todo. E nosso país é o maior exportador mundial de café, açúcar, suco de laranja, carne de frango, carne bovina e tabaco, colocando-se como segundo maior exportador de milho e do complexo soja. E vem crescendo em algodão, carne suína, frutas e flores.

Mas não é só isso que justifica esse progresso de quase todas as cadeias produtivas. Há uma longa história por trás disso.

Tudo começou com o Plano Collor, editado em 15 de março de 1990. Os produtores rurais brasileiros, sobretudo os do Centro-Sul, estavam começando a colheita de sua safra de verão. Mas aquele famigerado Plano de Estabilização da Economia corrigiu os débitos tomados por eles por um índice de 82%, e os preços de garantia por outro índice, de 42%. Essa jogada contábil foi uma tragédia para o campo: os produtores tinham ido dormir em 14 de março esperando uma colheita que valia 120 valores, com a qual pagariam uma dívida de 100 valores, sobrando 20 valores para tocar a atividade até a safra seguinte. Mas acordaram devendo 182 e tendo por colher uma safra que agora valia 170, isto é, com um prejuízo de 12 valores! Como era possível? Tinham feito tudo certo e agora eram assaltados por índices! Aquilo gerou um grande endividamento e muita gente quebrou, inclusive boas cooperativas agropecuárias e produtores modernos colhidos no contrapé de seus programas de crescimento.

Quando muitos deles, depois de quatro anos de dura luta, começavam a sair do “buraco”, veio o Plano Real, em junho de 1994. E repetiu-se a tragédia: as dívidas foram corrigidas pela TR, dobrando em um ano, enquanto os preços agrícolas caíram em média 20% no mesmo período. Não foi à toa que o agro foi chamado de a âncora verde do Plano... Mas essa âncora levou para o fundo milhares de pequenos e médios produtores. Expulsos de suas terras por causa de suas dívidas, foram engrossar movimentos sociais ou disputar empregos nas periferias das cidades. E aqueles que conseguiram sobreviver tiveram que criar

condições para competir. Buscam tecnologia nos órgãos de pesquisa e nas universidades e aplicaram tudo o que havia de inovação. O resultado foi impressionante: de 1990, ano do Plano Collor até 2015, em 25 anos, portanto, a área plantada com grãos no Brasil cresceu 53%, enquanto a produção aumentou 260%. Com isso, foram preservados cerca de 78 milhões de hectares de cerrados ou florestas que seria necessário derrubar se a produtividade por hectare não tivesse aumentado explosivamente. E isso é sustentabilidade, não é discurso ou promessa ou compromisso: os agricultores brasileiros já o fizeram!

A produção de carne bovina cresceu 104%, a suína 238% e a de frangos 497% no mesmo período. Uma extraordinária revolução silenciosa no campo. E não foi só tecnológica: também gestão, sobretudo comercial, de custos e financeira, que não eram exigidas pela alta inflação, bem como de recursos humanos, ambiental e fiscal.

Essa é a principal causa do sucesso que temos hoje: mas milhares de produtores pagaram caríssimo por esse ajuste socialmente doloroso.

Claro que políticas públicas ajudaram ao longo do tempo. O aumento de recursos para crédito rural, programas específicos como o Moderfrota (que, a partir da Agrishow criada em 1994, permitiu modernizar o parque motomecanizado do campo), os novos instrumentos de crédito lançados em 2005, o seguro rural (ainda que incipiente), a transgenia e outros programas.

Mas agora estamos diante de um desafio ainda maior. A OCDE espera que o Brasil tenha um crescimento na oferta de alimentos exatamente igual ao dobro do que o resto do mundo: este só terá 20% a mais de comida até 2020, se o Brasil crescer 40%! E é preciso que o mundo cresça 20%.

Nosso desafio não é impossível, mas precisamos de uma estratégia para isso, que contemple investimentos maciços em logística e infraestrutura, uma política eficiente de renda rural (com um seguro de fato e a modernização do crédito), uma política comercial mais agressiva em busca de novos mercados, mais investimentos em tecnologia, agregação de valor e defesa sanitária, além de mudanças em legislações obsoletas e impeditivas do avanço.

Mas isso depende de um governo que enxergue essa demanda. Se enxergasse, como a ministra da Agricultura vê claramente, o país alcançaria êxito ainda maior em seu agronegócio, seria o campeão mundial da alimentação e, por conseguinte, o campeão mundial da paz, uma vez que não haverá paz global enquanto houver fome. 